

Estado compra R\$ 310 milhões de micros e pequenas empresas

As compras do Governo do Estado de micro e pequenas empresas somaram R\$ 310 milhões no ano passado. O montante representa 28% das compras públicas feitas pelo Estado em 2019, que chegou a R\$ 1,1 bilhão. Do que foi adquirido de micro e pequenas empresas, 69% são de fornecedores paranaenses, um total de R\$ 215 milhões.

Elas fornecem às secretarias e outros órgãos estaduais principalmente materiais de expediente, gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza e hortifrutigranjeiros, além de serviços de conserto e manutenção. O levantamento é do Departamento de Logística para Contratações Públicas (Decon), órgão da Secretaria de Estado da Administração e Previdência, responsável pelos registros de preço do Estado.

Microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais têm tratamento diferenciado nas contratações públicas. A prática está prevista no decreto estadual 2474/15, que regulamenta a lei complementar 163/13.

Entre os benefícios previstos, está a exclusividade de participação nas licitações de até R\$ 80 mil e a aquisição pelo Estado de pelo menos 25% de produtos e serviços das micro e pequenas empresas.

PARTICIPAÇÃO MAIOR

O Decon aplica os critérios previstos na legislação para ampliar a participação das empresas de pequeno porte nas licitações estaduais. Os pregões eletrônicos com lotes exclusivos,

além de aumentar a concorrência e transparência nos processos de compra, também facilitam a participação, já que elas não precisam se deslocar para a capital para participar dos certames.

Outra medida são as licitações regionais para a compra de pães e hortifrutigranjeiros para atender as demandas das secretarias e órgãos estaduais. A Secretaria da Administração realizou dez certames regionais neste ano, em Londrina, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Pato Branco e Ponta Grossa.

“É uma ação que facilita o acesso dos fornecedores e fomenta a economia local. Além disso, os produtos chegam mais rápido, o que influencia, também, na qualidade do que é adquirido”, diz Cleverton Neri, chefe da divisão de Suporte do Sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS) do Decon.

CAPACITAÇÕES

O Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (Fopeme) – que é coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes e conta com participação de órgãos estaduais e da iniciativa privada – atua para marcar espaço das empresas nas licitações públicas. A própria legislação que regulamenta a participação nas compras públicas foi elaborada com a participação do fórum.

Além disso, junto com o Sebrae e o Tribunal de Contas do Estado (TCE), o Fopeme promove capacitações com

gestores públicos, para incentivar os municípios a também priorizarem as micro e pequenas nas compras públicas. Uma média de 5 mil pessoas participam das capacitações anualmente.

“Um dos temas abordados nessas ações de formação é a elaboração dos editais de compra de fácil entendimento, que facilite para quem está na ponta”, explica o coordenador do fórum, Mário Doria. “Também trabalhamos junto com o Sebrae na divulgação dos editais diretamente aos pequenos empresários. Muitas licitações acabavam desertas porque os fornecedores não ficavam sabendo antes”, diz.

INTENSIFICAR

A ideia é intensificar esse trabalho junto com prefeituras e órgãos municipais a partir do ano que vem, para ampliar a compra principalmente de fornecedores locais.

“O poder público tem que acompanhar as pequenas empresas e identificar esse mercado dentro da sua região. Comprar dos pequenos fornecedores faz girar a economia e traz retorno para o próprio município”, afirma Juliana Schvenger, coordenadora estadual de Acesso ao Mercado Institucional do Sebrae.

De acordo com o Sebrae, o Paraná tinha, em 2018, 1.386.891 microempresas e empresas de pequeno porte. Elas representam 96% do total de empresas do Estado e são responsáveis pela ocupação de 3,2 milhões de pessoas, o que corresponde a 59% dos empregos, e por 33% do PIB do Estado.

Fonte: <http://www.aen.pr.gov.br>

Governo do Estado projeta investir R\$ 8,7 bilhões em 2020

Passado o período de ajustes estruturais, com as reformas administrativa e previdenciária, além da redução de cargos e custeio da máquina, o Governo do Paraná se prepara para um 2020 com mais investimentos públicos. A estimativa é aplicar R\$ 8,7 bilhões.

O valor é cerca de 340% maior ao que foi aplicado em 2019 – aproximadamente R\$ 2 bilhões. A Lei Orçamentária Anual (LOA) aponta investimentos por parte das secretarias na ordem de R\$ 3,4 bilhões. Outros R\$ 3,7 bilhões serão aplicados por empresas públicas, como Copel, Sanepar e Compagás.

Há ainda mais R\$ 1,6 bilhão em empréstimos já autorizados pela Assembleia Legislativa e que aguarda aval federal. O montante pode ser captado junto a um consórcio de instituições financeiras formado pelo Banco do Brasil, Itaú, Santander e Caixa Econômica Federal que venceu a concorrência pública aberta pelo governo.

Os recursos deste financiamento se-

rão utilizados em obras de infraestrutura e logística, urbanização do Litoral e também nas áreas de segurança e agricultura. A previsão é que o montante comece a entrar no caixa do governo em março. “Há um planejamento para realizar obras em todas as regiões do Paraná”, destaca o governador Carlos Massa Ratinho Junior.

Outra possível fonte de recursos é a operação de crédito de US\$ 118,3 milhões (cerca de R\$ 490 milhões) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o início do programa Paraná Urbano III. Aprovado no Senado, o empréstimo vai viabilizar ações de desenvolvimento urbano e melhorias de infraestrutura dos municípios paranaenses nos próximos cinco anos.

CONTROLE

Para o secretário da Fazenda, Renê Garcia Junior, a ampliação dos investimentos públicos é resultado de um amplo programa de redução de gastos e do rígido controle das contas públicas determinado pelo governador Carlos Massa Ra-

tinho Junior.

“2019 foi um ano atípico, com frustração com o crescimento da economia e por consequência a transferência de recursos por parte da União”, disse. “No Paraná fizemos a lição de casa, contendo despesas, o que nos permitiu pagar em dia os funcionários, antecipar o 13º salário, quitar precatórios e os restos a pagar que ficaram do ano anterior”.

Todo esse conjunto de medidas, explicou Garcia, dá ao Paraná condições de avançar em 2020, apesar das incertezas que ainda rondam a economia nacional. “O nosso orçamento é bem realista e estamos sempre vigilantes. Mas praticamos uma política responsável que nos permite pensar em um investimento maior”, destacou o secretário.

FISCALIZAÇÃO

Garcia reforçou que o Estado trabalha para ampliar a arrecadação. Segundo ele, uma forma eficiente de melhorar o recolhimento de tributos sem precisar aumentar impostos passa por uma fiscalização mais eficiente.

Projeto implantado em 2019 pela secretaria busca intensificar a vigilância nas regiões de fronteira para evitar o contrabando, além de blitz em estradas com foco no não recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). “Fizemos o reaparelhamento da Receita Estadual em busca de uma política sistemática de fiscalização. Seremos ainda mais agressivos”, afirmou.

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – O secretário avaliou como positiva a retirada de 60 mil itens do regime de Substituição Tributária (ST). Segundo ele, a Fazenda intensificará os estudos para verificar a possibilidade de ampliar o conjunto de produtos beneficiados com o fim da medida.

Saíram da lista, entre outros itens, biscoitos, bolachas, massas, waffles, pizzas, azeites de oliva, margarinas, óleos refinados, frutas e vegetais congelados, conservas de produtos hortícolas, doces, geleias e também vinhos. O volume de operações abrangidas é calculado em R\$ 4,4 bilhões anuais.

Com alteração do regime, produtos que eram tributados na origem passaram a ter a arrecadação escalonada dentro da cadeia comercial. A mudança na cobrança do ICMS, que deixou de ser antecipado, garante mais competitividade a empresas paranaenses. “Faremos um estudo detalhado por setores e ramos para avaliar o impacto. A retirada da ST é um ato de boa vontade do governo”, ressaltou Garcia.

Fonte: <http://www.aen.pr.gov.br>

